

HABEAS CORPUS 130.794 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : LUIZ OTAVIO DA SILVA COUTINHO
IMPTE.(S) : CASSIANO JOSE PEREIRA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 325112 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS SUCEDÂNEO DE AGRADO REGIMENTAL. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA, FLAGRANTE ILEGALIDADE OU ABUSO DE DIREITO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS SUBJETIVOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NEGADO SEGUIMENTO.

DECISÃO: Trata-se de *habeas corpus* interposto de decisão monocrática de ministro do Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa transcrevo:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. FALTA DE CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. BENEFÍCIO CASSADO PELO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. INEVIDENTE ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO. Writ a que se nega seguimento.

Neste *habeas corpus*, o impetrante insiste na tese de ilegalidade da decisão que revogou o livramento condicional.

É o relatório, passo a decidir.

O impetrante não se desincumbiu do ônus de interpor agravo regimental da decisão que negou seguimento ao *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, ou seja, não exauriu a jurisdição no âmbito daquela Corte. Dessa forma, não compete ao Supremo Tribunal Federal julgar

HC 130794 / RJ

habeas corpus quando não esgotada a instância inferior, conforme os precedentes: HC 125628 ED, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 10/02/2015; RHC 122465 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 30/09/2014.

Entender de modo diverso seria permitir ao impetrante escolher o tribunal que realizará o juízo de revisão da decisão indigitada coatora.

Ademais, conforme acertadamente concluiu o Superior Tribunal de Justiça, o paciente não satisfaz os requisitos subjetivos para a obtenção do benefício do livramento condicional, *verbis*:

Nos termos do art. 112, § 2º, da Lei de Execução Penal, para a concessão do benefício do livramento condicional, deve o apenado satisfazer requisitos de índole objetiva e subjetiva. Entre os que se inserem nesta última categoria, consoante o disposto no art. 83 do Código Penal, está o relativo ao comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena.

No caso, o Tribunal local, ao concluir que não há nos autos prova de que o apenado atenda aos requisitos subjetivos para a obtenção do benefício que lhe fora deferido (fl. 30), considerou não só a falta de comprovação da existência de proposta de emprego, mas também o fato de que “o apenado, quando usufruía o benefício de saídas extramuros, empreendeu fuga em 08/03/2007, sendo recapturado em 10 de julho de 2008”, ou seja, ficou, “evadido do sistema carcerário por 1 ano e 4 meses” (fl. 31).

Ex positis, nego seguimento ao *habeas corpus*, por ser manifestamente incabível, com fundamento nos arts. 38 da Lei 8.038/90 e 21, § 1º, do RISTF.

Julgo prejudicado o exame da medida cautelar.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Int..

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente